

Intervenção de Ernâni Lopes na Assembleia da República (Lisboa, 11 de Abril de 1985)

Source: Imagens do processo de adesão de Portugal à Comunidade Europeia / Ernâni Lopes.- Lisboa: RTP [Prod.], 11.04.1985. Radiotelevisão Portuguesa, Serviço público de televisão SA, Lisboa. - VIDEO (10:58, Couleur, Son original).

Arquivo RTP, Rua General Humberto Delgado 12-2 Prior Velho, 2685-340 Sacavém.

Copyright: Transcription Centre Virtuel de la Connaissance sur l'Europe (CVCE)

All rights of reproduction, of public communication, of adaptation, of distribution or of dissemination via Internet, internal network or any other means are strictly reserved in all countries.

Consult the legal notice and the terms and conditions of use regarding this site.

URL:

http://www.cvce.eu/obj/intervencao_de_ernani_lopes_na_assembleia_da_republica_lisboa_11_de_abril_de_1985-pt-164bb811-77d9-4bfo-a013-775fd627c698.html



Last updated: 04/07/2016

Intervenção de Ernâni Lopes na Assembleia da República (Lisboa, 11 de Abril de 1985)

[Ernâni Lopes] Queremos, sem dúvida, a adesão. Mas queremos que ela seja um acto livre, consciente, e não a aceitação resignada de um qualquer fatalismo histórico de inspiração sobrenatural. Isso implica, indiscutivelmente, o confronto desinibido das opiniões, mas obriga também à recusa firme do oportunismo político que tão facilmente transforma a crítica em calúnia, pondo em causa, com dois ou três slogans, anos seguidos de estudo e trabalho sério. A importância do debate público exige, naturalmente, dos que nele participam, honestidade intelectual e conhecimento mínimo das matérias.

Valerá a pena, talvez, recordar que a candidatura de Portugal às Comunidades, apresentada em 1977 e consagrada nesta Câmara por voto unânime do PS, PSD e CDS, foi alicerçada em sólidas motivações de natureza política, secundadas de resto, não apenas pelas organizações partidárias, mas também por forças sociais relevantes, entre as quais se contava um sector claramente maioritário de empresários industriais e agrícolas.

Independentemente das influências conjunturais, que não podem ser minimizadas, estava essencialmente em causa a redefinição do posicionamento externo do País, depois da descolonização, e a opção por uma sociedade democrática, aberta e plural, depois da experiência revolucionária. Com a morte do Império criaram-se condições para que a conjugação dos dois termos desta equação pudesse encontrar-se no aprofundamento das ligações políticas e económicas com a Europa continental, em particular através da construção comunitária.

De facto, passado o 25 de Novembro, a decisão de aderir não representava já um “corte” ou uma descontinuidade histórica, como teria acontecido, hipoteticamente, antes do 25 de Abril; o verdadeiro momento de ruptura havia ocorrido já com a independência das colónias e a opção europeia surgia agora no plano político como o prolongamento das tendências que conduziram ao Acordo Comercial de 1972 e como uma matriz de referência para a afirmação interna de um modelo aberto e equilibrado, oposto ao passado antidemocrático e às tentações totalitárias de 1975.

No plano da organização da política económica, a adesão passou a ser vista como instrumento de estruturação de um novo modelo de desenvolvimento orientado pelo mercado e como estímulo externo para a progressiva desburocratização e liberalização de um sistema de enquadramento político-institucional da actividade produtiva, pouco flexível, crescentemente estatizante e tendencialmente bloqueado. Sabia-se já então que o processo de integração europeia não poderia trazer, por si só, soluções concretas para os problemas concretos. E poucas dúvidas terão surgido sobre a necessidade de negociar períodos transitórios razoavelmente longos para amortecer os efeitos perversos do primeiro impacte e favorecer os movimentos de adaptação às novas realidades.

No seio do bloco político que apoiou e apoia a adesão, havia e há evidentes distâncias e diferenças sobre a aplicação à realidade nacional das linhas de força brevemente enunciadas. Mas de entre os principais partidos, apenas o Partido Comunista Português se colocou claramente fora deste quadro. O seu discurso permanece imutável há mais de 20 anos, quando a participação portuguesa nos movimentos de integração europeia era exorcizada em relatório ao comité central intitulado “Rumo à Vitória”.

Hoje o Partido Comunista prefere fundamentar publicamente a sua oposição à adesão numa ponderação pretensamente asséptica e sensata de vantagens e inconvenientes de natureza económica. Tomando-se de pudores dificilmente compreensíveis num partido marxista-leninista, insurge-se contra a natureza política da opção europeia, como se aí residisse motivo de escândalo ou surpresa.

No discurso do PCP, a cuidadosa escarpelização das implicações sectoriais da adesão e a valorização dos riscos e problemas que ela inevitavelmente comporta constituem, porém, uma útil cortina de fumo para camuflar o essencial. E o essencial consiste no antagonismo – antagonismo que é real – entre, por um lado, os interesses estratégicos do PCP, a sua concepção da Revolução, o seu modelo de sociedade e, por outro lado, tudo o que a adesão representa como inserção na construção política e económica da Europa Ocidental, como projecto de organização do sistema político, económico e social.

[Aplausos]

O que o PCP parece não querer é a estabilização em Portugal do sistema de democracia ocidental que caracteriza os países da CEE, o reforço das formas típicas de organização da economia privada e a consequente destruição das condições para a reprodução do vanguardismo messiânico. É neste terreno e não noutra que se situam, antes de mais, as divergências com os comunistas no âmbito da adesão às Comunidades Europeias; e é neste terreno e não noutra que se revela, no quadro da avaliação política global da adesão de Portugal às Comunidades, o conteúdo político das suas propostas para a sociedade portuguesa.

No outro extremo do espectro, em termos políticos, a questão europeia vem pôr igualmente a descoberto a intolerância dos que têm dificuldade em se habituar à ideia de viver num país livre e democrático. Em 10 anos, a extrema-direita portuguesa não mudou nada e parece que nada aprendeu. Sob o álbi do patriotismo, refugia-se na violência verbal para disfarçar a obsolescência ideológica e a incapacidade de apresentar respostas precisas, estruturadas e actualizadas para os problemas concretos que as exigências do desenvolvimento do País colocam.

Numa ânsia aparente de passarem de acusados a acusadores, esquecem os radicais de direita a responsabilidade que cabe ao seu congénito imobilismo nos becos sem saída a que foi conduzido o regime anterior, para não falar de alguns dos bloqueios estruturais que ainda hoje limitam seriamente a evolução da economia portuguesa.

[Aplausos]

Não há que esconder os problemas reais que os factos e a evolução dos últimos 10 anos trouxeram à vida colectiva dos Portugueses, mas a história será falseada se pretendermos ignorar algumas das raízes profundas dessas dificuldades, operando, de modo simplista e artificial, um corte definitivo entre as realidades do antes e do depois do 25 de Abril.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, não creio que a evolução da vida portuguesa nos 8 anos que se seguiram ao pedido de adesão tenha envelhecido os fundamentos essenciais da opção europeia, quer no plano político, quer no plano económico. Pelo contrário, aprendemos à nossa custa o preço da sistemática indefinição estratégica da sociedade e verificámos, pela dura via da experiência concreta, a ausência de condições históricas mínimas para a afirmação dos épicos projectos desenvolvimentistas que nos continuam a ser acenados pelos eternos vendedores de utopias como alternativas ditas “independentes” para a pretensa “subordinação” à Europa dos Dez.

Os últimos 8 anos mostraram-nos ainda que muitos dos riscos e perigos frequentemente associados à adesão não lhe são intrinsecamente inerentes e podem ocorrer sem que de Bruxelas venham os maus ventos. Do mesmo modo convirá dizer, de forma bem clara, que a modernização da nossa economia, com ou sem adesão, não se fará sem dolorosos choques sociais e terá de reflectir, necessariamente, os constrangimentos que hoje pesam sobre o conjunto da política económica portuguesa. Ouvindo certos críticos, porventura apressados da integração comunitária, fica-se com a ideia de que vivemos num país das maravilhas onde claríssimos e tranquilos caminhos de progresso surgem subitamente perturbados por uma obsessão europeia geradora de dificuldades que, noutras circunstâncias, nunca existiriam.

As dificuldades de ajustamento do Estado e das empresas não constituem hipóteses futuras, mas realidades de hoje. O envelhecimento tecnológico, a esclerose administrativa, os bloqueios estruturais da sociedade, a inflação, os desequilíbrios das Finanças Públicas, a dívida externa, não são, infelizmente – e sublinho –, não são, infelizmente, invenções comunitárias. São graves problemas nacionais, projectados no médio e longo prazo, cujas soluções, embora tenham de ser encontradas internamente, só ganharão em coerência e profundidade se puderem ser enquadradas pelo referencial de desenvolvimento claro e estável que a adesão às Comunidades pode indiscutivelmente constituir.

Os que não acreditam na capacidade da Nação para gerar uma resposta positiva ao desafio da adesão,

difícilmente poderão explicar onde vão encontrar as energias para evitar a fatalidade inexorável do empobrecimento e da involução.